



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES)
DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PLANEJAMENTO (DEGEP)
DIVISÃO DE APOIO E ACESSORAMENTO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS
ADMINISTRATIVOS (DICOL)
ADMINISTRATIVOS (DICOL)

Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar – COEM (Pandemia - Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)		ATA DE REUNIÃO Nº 43/2020
Data: 29.07.2020	Horário: 16h30.	Local: Virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS)

Estiveram presentes na reunião, realizada por meio virtual (Aplicativo Microsoft TEAMS):

1. Juíza Adriana Ramos de Mello (**Membro da COEM**);
2. Juíza Katerine Jatahy (**Membro da COEM**);
3. Juíza Juliana Cardoso Monteiro de Barros (**Membro da COEM**);
4. Juíza Elen de Freitas Barbosa (**Membro da COEM**);
5. Juíza Luciana Fiala de Siqueira Carvalho (**Membro da COEM**);
6. Juíza Camila Rocha Guerin (**Membro da COEM**);
7. Juíza Renata Travassos Medina de Macedo (**Membro da COEM**);
8. Promotora Lúcia Iloizio Barros Bastos (**MPRJ**);
9. Procuradora Carla Araújo (**MPRJ**);
10. Defensora Flávia Nascimento (**DPRJ**);
11. Defensora Matilde Alonso (**DPRJ**);
12. Delegada Sandra Ornellas (**DGPAM - PCERJ**);
13. Delegada Carla Mariana M. Ferrão (**DEAM Nova Friburgo**);
14. Delegada Paula Ferreira Loureiro (**DEAM Angra dos Reis**);
15. Ten. Cel. Cláudia Moraes (**PMERJ**);
16. Sra. Márcia Soares Vieira (**Secretaria Municipal de Saúde**);
17. Sra. Helena Piragibe (**CEDIM RJ**);
18. Sra. Débora Rosa (**Coord. de Polít. Públ. p/ as Mulheres - Itaperuna**);
19. Sra. Priscilla Nunes (**OAB Mulher**);
20. Sra. Cristina Fernandes (**CIAM Márcia Lyra**);
21. Sra. Rosangela Pereira (**CEAM Chiquinha Gonzaga**).

A **Exma. Juíza ADRIANA MELLO**, membro da COEM, abre os trabalhos 16h39min, dispensando a lista de presença, por tratar-se de reunião virtual através do aplicativo Microsoft *Teams*, e agradece a participação de todas.

Inicialmente, informa que as reuniões semanais da Rede visam aproximar cada vez mais as Instituições para compartilharem suas dificuldades, boas práticas e buscarem melhorias para prover um atendimento rápido e eficaz às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Na sequência, passa a palavra para as duas Delegadas de DEAMs, participando pela primeira vez, para que compartilhem as realidades em suas regiões e como está a repercussão da campanha CNJ “*Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica*”.

A **Delegada Carla Ferrão** (DEAM Nova Friburgo) relata que, após o retorno de todas as atividades presenciais na Delegacia, tem percebido crescente volume de ROs. Quanto à campanha CNJ, informa que ainda não atenderam ocorrências provenientes da mesma e não tem conhecimento sobre as adesões nas farmácias locais. Contudo, se compromete a verificar.

A **Juíza Adriana Mello** discorre que é importante essa verificação para que tenham visibilidade de como a campanha está repercutindo no interior. Ao ensejo, indaga como está a Rede em Nova Friburgo, se existe algum equipamento de apoio às mulheres vítimas, especialmente para atender os casos de violência sexual. Sendo assim, aventa a possibilidade de a Delegada também verificar e compartilhar essas informações, posteriormente.

A **Delegada Carla Ferrão** responde que verificará. Contudo, antecipa que existe o CREM (ligado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos, Trabalho e Políticas Públicas), com o qual a Delegacia já costuma interagir e encaminhar vítimas para atendimento psicossocial. Na oportunidade, expõe que já estava em seus planos, após reabertura recente do *lockdown* no município, agendar reunião com a Secretária e a Subsecretária, a fim de estreitar a comunicação e se inteirar dos projetos.

Com a palavra, a **Delegada Paula Loureiro** (DEAM Angra dos Reis) discorre sobre o perfil da mulher vítima em sua região (que apresenta certa resistência em denunciar no início do ciclo da violência), mediante estudo feito, desde quando assumiu a DEAM.

Informa que o poder público do município não tem muita iniciativa, mas o pouco equipamento que tem, considera eficiente. Relata que o CREAS não é exclusivo para atender as vítimas de violência doméstica, mas presta o atendimento necessário a esses casos e a Delegacia possui estreita comunicação com a equipe técnica. Contudo, sente falta de um abrigo para acolher as mulheres vítimas que necessitam desse tipo de suporte.

Ao ensejo, a Delegada enaltece a atuação/parceria da Patrulha Maria da Penha na região e, quanto à campanha CNJ, informa que nenhum caso foi demandado, até o momento, mas tem conhecimento que algumas farmácias locais estão interessadas em aderir.

A **Juíza Camila Guerin** complementa que o Juiz responsável pela comarca de Angra (Dr. Flávio) enviou um Ofício para algumas farmácias (com 05 já interessadas) e que ele pretende fazer reunião presencial para fomentar as adesões. A Magistrada informa que fez contato com a Secretaria de Desenvolvimento Social do município e tomou conhecimento que estão cientes da campanha e já atuando com a propagação.

Dito isso, expõe que a tendência é as adesões ocorrerem positivamente em Angra, assim como vem ocorrendo na Região dos Lagos, onde a Patrulha Maria da Penha tem ido às farmácias para estimular e, também, tomou conhecimento que as OABs de São Pedro da Aldeia e de Saquarema aderiram à campanha.

A **Delegada Sandra Ornellas** (DGPAM) informa que convidará outras Delegadas para as próximas reuniões, pois a intenção é aproximá-las cada vez mais da Rede. Compartilha que fará contato com a Médica Diretora do Hospital da Mulher para, em breve, prover uma palestra com todas as DEAMs sobre saúde reprodutiva e aborto legal.

Por fim, discorre sobre o resultado satisfatório da *live*, promovida pela ACADEPOL (com aproximadamente 400 participantes), de lançamento/capacitação da campanha CNJ na PCERJ, conforme evento divulgado em reunião anterior da Rede.

Com a palavra, a **Juíza Elen de Freitas** compartilha que, nesta data, fez reunião com a Rede municipal para falar da campanha do CNJ e as adesões estão progredindo cada vez mais na Região de Três Rios.

Dando prosseguimento, a **Procuradora Carla Araújo** enaltece a iniciativa de trazer Juízas e Delegadas das diversas regiões, pois proporciona maior visibilidade dos equipamentos disponíveis e de como as Redes locais estão articuladas.

Além disso, compartilha que houve grande procura para a capacitação que o MPRJ proporcionará aos Promotores, iniciando em agosto, com duração de dois meses, sobre *Raça, Gênero e Sexualidade*. Ao ensejo, convida a todas para assistirem a *live* que ela fará na presente data, às 20h, com a Dra. Adriana Mello, para falarem da campanha CNJ.

Dito isso, expõe que gostaria de saber se os acionamentos provenientes da campanha CNJ estão chegando, sejam nas Delegacias ou no 190.

A **Delegada Sandra Ornellas** discorre sobre um caso proveniente da campanha CNJ, ocorrido no interior do Estado, que tomou conhecimento através da Ten. Cel. Claudia, pois houve um problema no atendimento na distrital, cujas providências estão sendo tomadas.

Em complemento, a **Juíza Adriana Mello** informa que está verificando com o CNJ se já existem registros consolidados da volumetria de casos atendidos através da campanha.

Entende que, apesar da divulgação em massa para o envolvimento da sociedade e do trabalho articulado da Rede para fomentar as adesões nas farmácias, não é fácil para a mulher se expor e criar coragem para denunciar seu agressor. No entanto, corrobora com a possibilidade da campanha, em algum momento, ser estendida a outros estabelecimentos.

Ao ensejo, a **Delegada Sandra Ornellas** compartilha que conversou com o Pe. Omar (responsável pela Paróquia do Cristo Redentor) sobre a possibilidade de projetar o **X vermelho** da campanha na mão do Cristo Redentor. Porém, teria que contratar o serviço para a projeção.

A **Juíza Camila Guerin** expõe que é interessante essa ideia da projeção e, dependendo do valor, aventa possibilidade de alguma contribuição coletiva. A **Delegada Sandra O.** se compromete a verificar com Pe. Omar alguma estimativa de valor.

Dando prosseguimento, a **Sra. Helena Piragibe** (CEDIM/RJ) expõe que tem percebido uma crescente nas adesões à campanha CNJ, pela gestão pública nos municípios, apesar do pouco tempo de campanha no ar. Cita, inclusive, o exemplo de Niterói que realizara, recentemente, o lançamento formal da campanha no município.

Na oportunidade, indaga se é possível convidar duas gestoras para a próxima reunião da Rede: Sra. Eliana (*Coord. Especial de Políticas para as Mulheres, município de Queimados*) e Sra. Ludimila (*Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, município de Volta Redonda*). Por fim, compartilha algumas situações, conforme seguem:

- (i) Um problema que vem acontecendo de atendimento abusivo do Perito Criminal no IML de Nova Iguaçu, cujo relato encontra-se registrado em uma carta da Rede local e apresentada ao CEDIM/RJ. Cita que o caso mais recente ocorrera em 22 de julho, com uma vítima que estava sendo periciada e acompanhada pela gestora pública, que também sofreu agressão por parte do Perito; Dito isso, transmite que as mulheres da região anseiam por uma

Sala Lilás e que haverá uma reunião para tratar do assunto referente a essa violência institucional.

- (ii) Sobre o não funcionamento da casa de passagem de Volta Redonda, envolvendo parceria com sete municípios. Entende a dificuldade do período atual, mas relata que o local já apresentava problemas de funcionamento, antes da pandemia. Além disso, informa que tem tido dificuldades, também, para implantar o CEDIM e articular a campanha CNJ nessa região.

Quanto à participação das gestoras indicadas, a **Juíza Adriana Mello** responde que as duas serão muito bem vindas e orienta para que a Sra. Helena Piragibe informe, assim que puder, para a Dicol/COEM, o endereço eletrônico de ambas para inseri-las no convite.

Ao ensejo, a **Delegada Sandra O.** sugere tentar sincronizar, por região, a participação das Delegadas de DEAMs e das gestoras públicas nas reuniões da Rede, com intuito de aproximar a comunicação. Nesse caso, informa que trará consigo, na próxima semana, as Delegadas de Nova Iguaçu e Volta Redonda.

Quanto ao atendimento do Perito Criminal, a **Delegada Sandra O.** aventa para a Sra. Helena Piragibe convidar a Delegada Nadia Abrahão, que está à frente da Polícia Técnico-Científica, para a referida reunião, e endossa a necessidade de a gestora pública registrar, formalmente, a denúncia para que a Corregedoria possa atuar.

Após amplo debate sobre as situações relatadas pela Sra. Helena Piragibe, a **Juíza Adriana Mello** endossa que tanto a Corregedoria da PCERJ, como a Ouvidoria do MPRJ devem ser cientificadas dos fatos para as providências cabíveis.

Por fim, as representantes do MPRJ e DPRJ informam os canais para que os casos sejam denunciados: **Ouvidoria MPRJ** (<http://www.mprj.mp.br/comunicacao/ouvidoria/formulario> ou canal 127) e **Ouvidoria DPRJ** (<http://www.defensoria.rj.def.br/Cidadao/Ouvidoria-Fale-conosco>).

Na sequência, a **Sra. Débora Rosa** (Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres, de Itaperuna) discorre sobre a reunião, bastante positiva, com o Delegado da região, que foi muito receptivo e restou alinhada a próxima para tratar da capacitação/sensibilização com os inspetores de polícia. Quanto à campanha CNJ, informa que a Coordenadoria tem ido às farmácias para fomentar adesões e que algumas já manifestaram interesse.

Com a palavra, a **Sra. Márcia Vieira** (SMS) contextualiza sobre a ampliação dos dias de atendimento na Sala Lilás do IML do Centro/RJ, mediante reintegração de uma funcionária que estava afastada por motivo de saúde. Discorre sobre a reunião da rede de saúde, que ocorrerá no território da Sala Lilás de Campo Grande, convidando a rede de educação, CRAS, CREAS, Delegada Mônica e equipe da Juíza Yedda, com intuito de alinhar toda a rede e refinar a forma de atuação na região.

A **Defensora Flávia Nascimento** reconhece como boa estratégia as reuniões articuladas pelo CEDIM/RJ nos interiores e com a excelente colaboração da Sra. Helena Piragibe. Informa que é muito importante, também, a sensibilização que está sendo feita com os Defensores regionais, principalmente, os que não atuam em Juizados especializados.

Dando prosseguimento, as **Magistradas presentes** compartilham sobre as práticas adotadas em seus Juizados acerca das audiências, durante o período da pandemia. Discorrem que, diante dos entraves para realizar audiências virtuais, seja por ausência dos contatos das partes nas peças ou dificuldades de acesso à

internet/sistema por parte das vítimas, todas estão agendando audiências presenciais ou mistas, dentro das possibilidades de cada Fórum.

Exceto para os casos de réus presos em Penitenciárias que não possuem estrutura para videoconferência e nem está sendo possível agendar audiências presenciais, em virtude do **Ato Executivo No. 102/2020**, que proíbe o ingresso e a circulação de réus presos nos prédios do PJERJ, inclusive nas suas respectivas carceragens e salas de audiências, até ulterior determinação da Presidência do Tribunal de Justiça.

A **Juíza Katerine Jatahy** indaga se é possível a DPRJ enviar para a DICOL/COEM a lista de contatos dos órgãos especializados e criminais da Defensoria para divulgação com os magistrados. A **Defensora Flávia Nascimento** responde que verificará internamente e enviará, através de e-mail, para a COEM. (DELIBERAÇÃO 01 e 02)

Com a palavra, a **Ten. Cel. Claudia Moraes** aventa a possibilidade de a Patrulha Maria da Penha ser informada quando houver a soltura de réu preso, para que a atenção seja redobrada, junto à mulher vítima assistida.

Em relação aos acionamentos pelo 190, provenientes da campanha CNJ, discorre que, até o momento, foram apenas os dois casos relatados na reunião anterior. Continuará monitorando e compartilhará com a Rede, à medida que os casos forem surgindo.

No entanto, relata que a Patrulha Maria da Penha recebeu a primeira ocorrência, em Itaboraí, cujo atendimento foi realizado com sucesso. Contudo, o pedido de socorro da vítima não ocorreu pelas farmácias, mas utilizando o símbolo (o **X vermelho**) da campanha como foto em seu perfil de *whatsapp*, identificado por alguém da família que, imediatamente, acionou a Patrulha.

Com a palavra, a **Juíza Juliana Cardoso** discorre que o engajamento da campanha CNJ em sua região está progredindo e cita a adesão formal da gestão pública de Niterói. Ao ensejo, enaltece a atuação da Patrulha no caso de Itaboraí e no suporte que o programa tem dados a todas as assistidas.

Por fim, a **Ten. Cel. Claudia** indaga se as tornozeleiras eletrônicas continuam sendo utilizadas como alternativas nas medidas protetivas. A **Juíza Katerine Jatahy** responde que tem tentado utilizar esse recurso, mas, na maioria das vezes, a SEAP (Secretaria de Estado de Administração Penitenciária) informa que não há equipamento disponível, pois possuem apenas em torno de 20 tornozeleiras para os casos de violência doméstica e familiar para o Estado.

Após debates sobre o tema, a **Ten. Cel. Claudia** aventa a possibilidade da Rede pensar em articular algo com o Governo a fim de ampliar esse recurso, pois considera um instrumento bastante importante e eficaz, como alternativa nas medidas protetivas.

A **Juíza Katerine Jatahy** corrobora e indaga se é possível tentar algo através do MPRJ. A **Procuradora Carla Araújo** responde que verificará com a Tutela Prisional qual seria o melhor caminho e, em paralelo, a **Promotora Lucia Iloizio** informa que verificará a situação atual com a SEAP.

Nada mais a tratar, a **Exma. Juíza Katerine Jatahy** encerra a reunião às 18h58min e designa a próxima para o dia 05 de agosto, às 16h30. (DELIBERAÇÃO 03)

A **Sra. Luciana Cavallari** (Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, de Itatiaia), não estava presente nesta reunião, mas endossou para a COEM, através de

e-mail ao longo da semana, que a Secretaria proporciona atendimentos às mulheres vítimas não apenas com Psicóloga (conforme citado em Ata anterior), mas também com serviço de Advocacia e Assistência Social.

JUÍZA ADRIANA RAMOS DE MELLO

Membro da COEM

JUÍZA KATERINE JATAHY KITSOS NYGAARD

Membro da COEM

Deliberações		Responsável	Prazo
01	Enviar para a Dicol/COEM a lista de contatos dos órgãos especializados e criminais da Defensoria Pública.	DPRJ (Dra. Flávia Nascimento)	Até 05 dias
02	Divulgar com os magistrados a lista de contatos dos órgãos especializados e criminais da Defensoria Pública.	Dicol/COEM	Até 05 dias, após recebimento
03	Enviar o convite da próxima reunião da Rede, designada para o dia 05 de agosto de 2020, às 16h30.	Dicol/COEM	Imediato

CERTIDÃO

Certifico que a presente Ata foi assinada em __/__/2020.

RODRIGO O.T. ALMEIDA
CHEFE DE SERVIÇO SEATE